

Indígena

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO GRUPO DE TRABALHO
INTERINSTITUCIONAL INDÍGENA – GTI
DA COMISSÃO ESTADUAL DE
VALIDAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO
SISTEMA DE INCENTIVO A SERVIÇOS
AMBIENTAIS – SISA DE 2017**

No dia vinte e um de junho de dois mil e dezessete, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, às dez horas foi realizada uma Reunião Ampliada do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena – GTI, da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre. Estiveram presentes oitenta e sete representantes de associações e organizações indígenas, representantes de instituições governamentais e da sociedade civil. Para iniciar a reunião a Diretora Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre – IMC fez a abertura explicando o objetivo da Reunião Extraordinária do GTI com um público ampliado. Explicou a nova composição do GTI e da importância de se tornar um Grupo de Trabalho permanente, que posteriormente deverá ser transformado em Câmara Temática. Apresentou os integrantes do GTI presentes na reunião: Josias Pereira Kaxinawá e Edilson Rosa da Silva Katukina (AMAAIAC), Jose de Lima Kaxinawá e Marcelo Piedrafita Iglesias (AEPI), Maria Luiza P. Ochoa (CPI-ACRE), Joaquim Luiz Yawanawá e Laura Soriano (ASCY), Francisca Oliveira de Lima Costa e Eldo Carlos (OPIAC), José Maria Pereira e Francisco Dantas Varela (AAIH), José Marcondes Rosa (AAPBI), Waldir da Silva Cruz Junior e Luiz Valdenir Silva Souza (FUNAI), Aderaldo Correia da Silva (AJC), Manuel Gomes (OPITAR), Leticia Yawanawa e Valdenira Kaxinawá (SITOAKURE) Paulo César de Oliveira (AIN), Assis Gomes da Silva Kaxinawá (OAKAT), Flávia Souza e Roberto Tavares (SEMA), Magaly Medeiros e Larissa Barbosa (IMC). Em seguida apresentou as políticas jurisdicionais no contexto do SISA, fazendo um resumo do uso da terra no Acre, as ferramentas de gestão, o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, a Política de Valorização da Floresta e todo o processo de criação da Lei

Indígena

2308 do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA. Apresentou o objetivo e estrutura do SISA, a governança e controle social por meio da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) e as suas atribuições, falou sobre o GTI Indígena, objetivo e princípios, finalizando com a apresentação do recém-criado Grupo de Trabalho Mulheres do SISA (GTM). Num segundo momento convidou para fazer parte da mesa, o Coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural/Seaprof, Roney Santana; a Secretária de Turismo, Raquel Moreira; o Assessor Indígena José de Lima e o coordenador da Educação Escolar Indígena/SEE, Paulo Roberto Nunes. Em seguida explicou o conceito da proposta do Programa REM; a redução do desmatamento no período de 2006 a 2016; a repartição de 50% do recurso para quem mantém a floresta e 50% para quem desenvolve práticas produtivas sustentáveis. Esclareceu que o valor total do recurso do Programa REM era utilizado com 30% para a gestão do Programa e 70% para as ações de ponta. E que há vários provedores de serviços ambientais, beneficiários também, entre eles os indígenas. Acrescentou que, durante a primeira fase do Programa, foram investidos recursos em recuperação de áreas com Sistemas Agroflorestais, agricultura familiar, criação de pequenos animais e fortalecimento cultural para Terras Indígenas e Unidades de Conservação, bem como na pecuária diversificada sustentável. Com relação à governança, explicou que a Ceva decide as formas de trabalho a cada final de ano, quando são apresentados os recursos. Julgou ser necessário, porém, mais contato, formação e intercâmbio. Atividades essas que serão incluídas na segunda fase. Acrescentou que o IMC é quem regula o sistema, faz a formação dos beneficiários, mas é necessário melhorar a elaboração de projetos por parte deles, é necessário intensificar a informação para que haja uma melhor comunicação e transparência do sistema. É preciso dar um retorno rápido para os beneficiários. A Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA) tem um papel importante para olhar as oportunidades e fazer a elaboração dos subprogramas juntamente com a SEMA. A SEMA continua com o papel de implementação do Sistema (SISA). Afirmou que a eficiência da prestação do serviço será melhorada. Informou que foi feita análise do desmatamento, e que há atenção para as áreas abertas, devendo atuar direto nas áreas que têm mais passivo de

Indígena

Reserva Legal, durante a segunda fase do Programa REM. Disse que aqueles que não se enquadraram nesse passivo, terão as boas práticas para que possam recuperar suas áreas, com o decorrer do tempo. Declarou que as áreas protegidas que mais desmataram foram a Reserva Extrativista Chico Mendes e a Floresta Estadual do Antimary. Essas áreas, bem como as áreas de vulnerabilidade, são alvos de atividade do Programa REM Acre Fase 2. Foram utilizados mapas com sobreposição de camadas para definirem atuações em parceria com outras instituições, buscando não sobrepor atividades. Ainda explicando o Programa REM fase 2, sobre a distribuição de benefícios, 30% para a governança do SISA e 70% para os subprogramas. Nesta fase 2 a operacionalização ficará sob a coordenação da SEPLAN. A cultura e o artesanato serão trabalhos dentro da economia criativa, juntamente com a Secretaria de Turismo. Em seguida passou a palavra para o Gestor Técnico da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), Roger Recco, que explicou que a Seplan executa, juntamente com algumas secretarias, projetos tais como o PROSER, PDSA, recursos do Fundo Amazônia etc.). Esclareceu que o papel da Seplan é a gestão e a operacionalização organizacional dos projetos. Acrescentou que iriam conversar com alguns atores sobre ajustes necessários, que seriam posteriormente levados para os demais atores que se responsabilizariam pelas atividades. Nesse projeto atual do PROSER, vão ajudar a fazer a conversa com o financiador, para que as secretarias tenham mais tempo para executar e discutir com as demais instituições e associações em um tempo acessível. As contratações serão feitas de forma direta e indireta (associações indígenas), por meio das secretarias responsáveis por cada temática, (Sema, Sec. Turismo, Seplan etc.). O Fundo Estadual Florestal, passa a ser um sub-executor de recursos. O dinheiro irá entrar na Sefaz e a Seplan irá analisar o ciclo do processo a ser executado. Terri Vale de Aquino (AEPI) fez uma intervenção, dizendo que os indígenas precisam saber disso, pois muitas das vezes, os próprios servidores do governo não sabem. Afirmou haver falta de comunicação dentro do governo. Roger respondeu que isso precisaria ser resolvido, pois se tratava de uma falha e precisavam conversar mais entre as secretarias e Assessoria. O Assessor Indígena José de Lima declarou que tinham os dados detalhados na Assessoria e iriam compartilhar com todas as lideranças. Magaly

Indígena

Medeiros explicou que do total dos recursos correspondentes aos 70%, são subdivididos nos subprogramas: 17% para os povos indígenas; 37% para agricultores familiares e extrativistas; 46% para proprietários privados e agricultura familiar. O turismo terá uma abordagem importante nessa fase, para as manifestações culturais indígenas, que são atividades que movem o turismo no estado. Finalizou a reunião pela parte da manhã e após o intervalo para o almoço deu continuidade à apresentação do Programa REM 2ª fase com o Coordenador de Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação (SEE), Paulo Roberto Nunes. Paulo apresentou uma proposta de projeto no contexto do SISA, como ação de educação intercultural e de gestão ambiental em territórios tradicionais indígenas. Como objetivo geral, ações públicas para formação em educação intercultural e gestão ambiental, junto às escolas localizadas nas terras indígenas, com professores, agentes agroflorestais e comunidade. Como objetivos específicos: a) consolidar proposta pedagógica intercultural para formação de docentes indígenas articulada à formação de AAFI; b) realizar processos formativos articulados entre docentes indígenas e AAFI; c) fomentar práticas pedagógicas interculturais inovadoras por meio de 132 escolas indígenas da rede estadual de ensino, com ênfase em gestão ambiental e valorização cultural; d) potencializar as 132 escolas indígenas como espaços de planejamento e desenvolvimento de práticas comunitárias voltadas a gestão etnoambiental e territorial; e) elaborar materiais didáticos bilíngues junto a docentes indígenas e AAFIs, com ênfase em práticas pedagógicas interculturais para o letramento e gestão etnoambiental e territorial em terras indígenas. Explicou a ideia de utilização do plano de gestão na escola indígena, como material didático, articulando terra, escola e pessoas. Também a proposta de articular e consolidar a interação pedagógica de trabalho entre docentes indígenas e agentes agroflorestais, favorecendo a interação entre agentes agroflorestais e agentes de saúde indígena. Falou do potencial na produção de material didático intercultural e bilíngue. Por exemplo, o agente agroflorestal faz sistematização do conteúdo dos recursos naturais da aldeia, que pode ser utilizada em aula de ciências naturais, com isso difunde conhecimentos da temática ambiental em projetos político-pedagógicos. As ações estão voltadas a favorecer

Indígena

processos de formação continuados e o programa de formação dos professores indígenas. Agradeceu a equipe e a todos os técnicos da SEE que trabalham nos municípios, a Assessoria Indígena, a Unicef, CPI-ACRE e equipe, OPIAC, Funai e demais parceiros. Após as apresentações houve uma rodada de perguntas e comentários, porém descritas nesta Ata apenas aquelas relacionadas ao contexto do SISA e do REM fase 2: Tashka Yawanawá - “Muitas das ações já estamos fazendo, sem apoio, agora com apoio vai ficar melhor. Temos uma experiência de internato indígena tradicional, temos o prof. Nani que é um educador indígena com muita capacidade, e estamos construindo nossa escola tradicional ou nosso centro tradicional Yawanawa, outros foram na mata e se formaram como Pajés. Publicamos livro de contos infantis Yawanawa para as crianças aprenderem da natureza, também o calendário de plantas medicinais para mordedura de cobras.” Terrí Aquino – “Parabéns para Magaly e Paulo, pelo trabalho junto. Hoje as grandes lideranças das aldeias são os agentes de saúde, agente agroflorestal e os professores etc. Mas, falo para Paulo não esquecer a principal função de seu trabalho, de fazer cursos de formação de magistério indígena.” Vera Olinda – “Vamos tentar fazer a contribuição relacionada com mudança de clima, serviços ambientais e educação indígena.” Edna – “O foco principal das mulheres indígenas é o artesanato. Participamos pouco através do estado, ele não oferece condições de feira para a gente participar. Falta oportunidade de colocar nossos produtos no mercado. Queria perguntar também o que está acontecendo com o GT Mulher? Até agora o que está acontecendo? Vai fazer oficina específica para estar discutindo nossas dificuldades? Queremos estar participando dessa discussão, falando em nome das mulheres indígenas, que queremos melhorar nossa qualidade de vida. Queremos discutir mais o turismo comunitário, termos nossos festivais, mas precisamos mostrar.” Vera Olinda – “Quero entender nessa história do fluxo e estoque do carbono e porque tem 17 % para os povos indígenas. Mesmo que é REDD para evitar desmatamento, a gente não consegue entender por que os indígenas terão apenas 17%. Os projetos já estão prontos, quais foram os critérios, só a reunião do GT não basta para definir o REM fase 2. O primeiro edital de 1,5 milhões, foi pactuado aqui e tem muitas coisas que não foram cumpridas. Nossos pareceres da CPI-Acre nem

Indígena

foram considerados. A experiência do primeiro edital, eu sei que coisas não foram consideradas. Se tem uma demanda para definição destes critérios. Tudo isso da educação que foi falado, é apenas para reforçar. Se virem os materiais dos AAFIs, eles já fazem isso, é claro no currículo de professores e AAFIs.” Sabá – “O que o Paulo falou é de fato que os indígenas já fazem. Precisamos saber como está o pagamento dos professores. Sobre as mudanças climáticas, precisamos mesmo aumentar essa porcentagem, já que os povos indígenas são responsáveis pela conservação e preservação das florestas.” Letícia – “A gente deixou para detalhar, para saber como as mulheres poderiam participar nesse segundo edital. Conversamos entre nós mulheres, porque nós temos uma cultura diferenciada, nada contra as ribeirinhas. Queremos fortalecer as iniciativas que já existem das mulheres. A gente viu a apresentação da SEAPROF que não apresentou muita coisa. Tem muita mulher que vive de artesanato, mas não temos espaço para participação e comercialização.” Magaly – “Respondendo: as mulheres têm prioridade. Esse GT irá fortalecer os festivais, artesanato, porque os doadores cobram essa questão de gênero. Agora que vamos começar os trabalhos envolvendo as mulheres. O edital prioriza aqueles que não foram contemplados no primeiro edital, inclusive as mulheres estão nesses critérios de seleção. Com relação ao REM Fase 2 é preciso ficar claro que tem recurso forte para o controle, licenciamento. Foi assinado um documento comprometendo-se para evitar o desmatamento até 2020. No caso do REM ele tem o REDD+, o REDD é para evitar desmatamento, no caso dos brancos. E REDD+ é para as áreas protegidas, como TIs e UCs. Tinha um total de 4 subprogramas, mas os extrativistas não queriam ficar somente como extrativista, na RESEX eles são produção familiar e extrativismo, por isso que diminui para 3 subprogramas. O IPAM fez esse estudo de viabilidade para chegar no cálculo de 50% estoque e 50% fluxo. O KfW exigiu que estivéssemos alinhados com a política do governo federal, a mesma linha de base, a mesma distribuição de recursos, salvaguardas. A segunda fase do REM iniciou em fevereiro, com a participação de lideranças, associações, governo. Dias 17 e 18 de julho o KfW estará aqui no Acre, fica o convite para a participação de vocês e podem levar seus artesanatos para a venda.” Vera – “Precisamos ler esse estudo do IPAM sobre a repartição dos recursos e a

Indígena

minuta de projeto. E ler sobre o subprograma indígena escrito na PGE. O SISA tem 7 programas, estamos discutindo o REDD Indígena. Os indígenas têm um outro programa que ainda não avançamos, sobre o conhecimento tradicional.” Zezinho – “Alguns projetos que não foram contemplados em 2014, REM fase 1, serão contemplados nessa segunda fase.” Após diversos esclarecimentos e respostas foi feita leitura do 2º Edital Indígena. Marcelo Piedrafita apresentou o 2º Edital Indígena e informou que a metade do recurso foi encaminhado para esse edital e a outra metade seria executado a partir de julho para o pagamento dos AAFIS. Quanto a esta distribuição, explicou que foi pactuado pelos integrantes do GTI durante a Primeira Reunião Ordinária ocorrida na cidade de Cruzeiro do Sul no dia 29 de abril do presente ano. Na reunião de Cruzeiro do Sul, foi formada uma Comissão para agilizar o trabalho de elaboração do Edital e Formulário. Marcelo informou ainda que a Comissão faria uma última reunião para pactuar o formulário e divulgar. Explicou que o Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA) integrou a política de valorização do ativo ambiental. Os recursos podem ser obtidos de diferentes mecanismos: comercialização de ativos, doações ou seus encargos. Os programas do REM deverão incentivar ações que gerem a redução de desmatamento e a conservação da biodiversidade. Para o 2º Edital Indígena estava previsto o valor de 700 mil reais para fortalecer os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTIs). Todas as propostas deveriam estar alinhadas com a Carta de Princípios, do GT Indígena do SISA. Marcelo fez a leitura de grande parte do edital para conhecimento dos presentes: apresentando o Contexto, as Definições, os Princípios, o Objetivo da chamada, Elegibilidade dos projetos, os Beneficiários e Proponentes. No item Beneficiários, houve uma mudança em comum acordo do GTI e demais presentes. Para não prejudicar as TIs que não têm uma associação, a palavra *associações* foi retirada da frase, ficando: *Comunidades indígenas não contempladas no primeiro edital*. No item Proponentes, *Associações e organizações indígenas que não tenham recebido recurso do primeiro edital. Inclusive entidades parceiras não governamentais que comprovadamente possuam ações de apoio respeitando os objetivos do SISA e a implementação de PGTIs*. Em seguida, O representante da ASCY, Tashka Yawanawá, apresentou a proposta de utilizar parte do

Indígena

recurso do Edital para apoiar a realização dos festivais. O que estava em questão é que associações/comunidades beneficiadas com o I Edital não teriam prioridade neste segundo Edital. Como não houve nenhum acordo, e considerando que os festivais são importantes para as aldeias e comunidades, como manifestações que reivindicam os elementos culturais, houve a proposta de fechar o recurso do Edital em 630 mil reais, e o limite por projeto passou para 90 mil reais. Para pactuar foi feita uma nova votação do GTI, obtendo 13 votos a favor e 1 voto contra por parte do representante da FUNAI, por não concordar com esse novo encaminhamento, já que estava ferindo a votação realizada em 29 de abril durante a Primeira Reunião Ordinária do GTI. Com esse novo acordo, ficou à disposição 70 mil reais para apoiar os festivais, mais 50 mil reais disponibilizados pela AMAAIAC. Para encerrar a reunião foram comunicadas as demais informações do Edital, como: Prazo de execução: novembro 2017; Formulário: Padrão, onde os proponentes deveriam acessar o formulário no site Portal do Governo do Estado, ou solicitar na Assessoria Indígena. E postadas no correio até a data limite; Comissão de avaliação: Processo de seleção através do conceito da Comissão de avaliação e a divulgação a ser feita no diário oficial.

Encaminhamentos

A Assessoria Indígena irá convocar uma reunião do GT para definir a distribuição justa do combustível para os festivais.

O IMC acrescentará à lista de representantes do GTI, seis organizações indígenas que solicitaram fazer parte do Grupo durante a presente reunião: Shanenawa: Cooperativa Vakaynu; Caucho: Associação dos Produtores Agroextrativistas Huni Kui do Caucho; OPIRE; Alto Purus: OPIHARP; Mamoadate: AAEMRY; Katukina do Campinas: AKAC.